



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social

**TRAJETÓRIAS FEMINISTAS EM FLORIANÓPOLIS/SC: HISTÓRIAS DE LUTA QUE ENSINAM -
EXPERIÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DA MILITÂNCIA**

CHRISTIANE DOS SANTOS LUCIANO¹

MARIA CECILIA OLIVIO²

MARIA REGINA DE AVILA MOREIRA³

RESUMO:

Este trabalho apresenta as trajetórias de três mulheres que incorporam a pauta feminista na militância em movimentos sociais de Florianópolis. Primeiramente, apresentam-se os debates da literatura marxista acerca da formação da consciência militante. Em seguida, evidenciam-se os elementos concretos das experiências pessoais dessas mulheres que as levaram a desenvolver uma consciência feminista.

Palavras-chave: Feminismo; Militância; Experiência; Consciência.

ABSTRACT: This paper presents the trajectories of three women who incorporated the feminist agenda into their activism in social movements in Florianópolis. First, the debates in Marxist literature about the formation of militant consciousness are presented. Then, the concrete elements of these women's personal experiences that led them to develop a feminist consciousness are highlighted.

Keywords: Feminism; Activism; Experience; Consciousness.

Introdução

Este trabalho sistematiza algumas reflexões a partir do projeto de extensão Faladeiras –

¹ Universidade Federal de Santa Catarina

² Universidade Federal de Santa Catarina

³ Universidade Federal de Santa Catarina



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Trajetórias Feministas em Florianópolis – histórias de luta que ensinam, vinculado ao Núcleo de Estudos de Serviço Social e Organização Popular do Departamento de Serviço Social da UFSC, cujo objetivo central foi o de valorizar as trajetórias de mulheres que incorporam a pauta feminista e participação em movimentos sociais a partir do cotidiano de suas vidas. A presente ação teve seu início em 2021, marcada fundamentalmente pelo processo de pandemia pela COVID 19, momento em que o projeto foi demandado a avaliar as condições das mulheres, especialmente no que diz respeito à violência doméstica.

O resultado desse estudo está consignado em relatório que foi apresentado em seminários e expôs, de um lado, a fragilidade das políticas públicas especialmente num contexto de avanço do conservadorismo, que reforçou a função social do cuidado para as mulheres, mas também revelou o processo de solidariedade coletiva e conseqüente formação e avanço de uma consciência feminista (Fuchs *et. al.*, 2021).

Assim, o projeto se propôs a: socializar trajetórias de mulheres militantes de Florianópolis/SC; valorizar a construção coletiva de luta de mulheres; registrar os relatos das mulheres lideranças em movimentos sociais e a sua representatividade histórica na luta feminista no território de Florianópolis considerando as perspectivas da militância das participantes diante das determinações de raça e classe e, ainda investigar junto a essas mulheres como tem sido sua dinâmica de vida e resistência, bem como sua percepção diante desses processos de dominação-exploração de gênero, raça e classe que impactam diretamente na vida das mulheres e de suas comunidades; além disso, visou-se analisar os possíveis impactos da pandemia na organização e luta das mulheres em Florianópolis/SC.

Para tanto, em que pese originalmente a proposta de abarcar uma ampla representação quanto a segmentos de lutas sociais, contemplando a inserção das mulheres nos diferentes movimentos sociais e sindicais, foi possível entrevistar mulheres dos seguintes movimentos: Movimento Negro, Movimento Sindical, Movimento pela Descriminalização e Legalização do Aborto, Movimento Estudantil, Movimento de Pessoas com Deficiência, Movimento Indígena e Movimento LGBTQIAPN+, com ênfase para a auto-organização das mulheres trans.

A opção por entrevistas, ancorou-se em privilegiar a experiência na perspectiva de E. P. Thompson (1981, p. 182), ou seja, como mediação concreta que politiza o cotidiano. Em suas palavras:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como

antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

A perspectiva de Thompson de valorização da experiência humana se coloca em contraposição ao determinismo presente em várias obras que reivindicam o marxismo, chamadas pelo autor de marxologias⁴, ao atribuir repercussão mecânica e automática sobre o vivenciar humano e a capacidade organizativa para lutar.

A experiência, para Thompson (1981), é o termo de disjunção que possibilita conferir ao valor normativo como processo, o que permite romper com avaliações morais do sentido e significado do viver, do agir. Como ele próprio afirma, "é a exploração aberta ao mundo e de si mesmo" (p.185); "é o sujeito reinserido na história" (p. 189), transmutando estrutura em processo. Carregado, portanto, das contradições e conflitos. Nessa direção, importa destacar a capacidade que o debate feminista provoca e potencializa para as mulheres, cujas experiências confrontam o socialmente determinado.

Podemos identificar no feminismo, nas suas reivindicações e estratégias desde os princípios de sua organização, elementos que indicam a unidade da luta feminista com a luta mais ampla da sociedade pela transformação das relações sociais em sua totalidade. Assim, o movimento feminista, desde suas expressões iniciais na organização das mulheres, passando pela organização das mulheres como sujeito político na revolução francesa até os dias atuais, tem se colocado como um movimento social relevante e necessário ao enfrentamento das diversas formas de desigualdades sociais expressas pela simbiose patriarcado-racismo-capitalismo (Silva, 2018).

O movimento feminista atravessou e atravessa diversos momentos, acompanhando, dentre outras questões, também os movimentos conjunturais dos diferentes países. Desde, por exemplo, as lutas das revolucionárias francesas que trouxeram a necessidade de organizar a diferença de forma igualitária no interior das organizações revolucionárias à América Latina com mulheres revolucionárias no enfrentamento aos desígnios e violências do brutal processo de colonização. Salienta-se também as mobilizações em torno do sufrágio feminino, já no século XIX e as lutas das mulheres socialistas reivindicando igualdade na participação dos processos políticos de decisão. Ambas expressões de alterações profundas provocadas pela consolidação

⁴Nesta obra, especialmente referenciando sua crítica a Althusser na construção da relação estrutural do capital sobre as pessoas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capitalista e a crescente industrialização (Olivio, 2021).

Esse processo de organização e estabelecimento do feminismo como um movimento social traz consigo também ações políticas que levantam a necessidade de ampliação dos debates e reivindicações na totalidade dos movimentos sociais organizados ao longo de sua existência, haja vista que uma das dimensões trazidas à luz pelo feminismo é a denúncia de contradições e mecanismo no interior dos próprios movimentos sociais que invisibilizam e homogeneizam a luta e a participação das mulheres, bem como as próprias desigualdades e hierarquias de gênero⁵ dentro das diversas organizações.

Um dos exemplos que podemos levantar desse processo e que se espalhou para a produção teórica feminista é o debate em torno da divisão sexual do trabalho⁶. Os desdobramentos deste debate levaram, por exemplo, a conquistas relevantes conforme indica Silva (2018), que dizem respeito às denúncias e combates às violências contra mulheres, apuração de casos de assédio, dentre outras dimensões tomadas com mais seriedade tanto dentro dos diversos movimentos sociais, quanto organizações partidárias. Todo esse contexto demanda intenso processo de formação política, especialmente com o amadurecimento das lutas e reivindicações feministas.

É nessa perspectiva que dotamos de história e de política os elementos que envolvem a cultura e a vida experimentada como materialmente capazes de pensar e agir sobre e com as estruturas sociais e econômicas. É a concepção de indivíduo social que possibilita a movimentação necessária para a interferência concreta nas mudanças a favor da emancipação humana (Thompson, 1981).

Tendo tais elementos como pressupostos, a proposta deste texto se coloca na direção de, a partir de elementos presentes em três entrevistas realizadas, com mulheres participantes do Movimento Sindical, Movimento Indígena e Movimento pela Descriminalização e Legalização do Aborto, entender a dimensão da experiência na constituição dos sujeitos militantes e de sua unidade na construção do feminismo.

Para tanto, o presente texto está dividido em duas seções. Num primeiro momento, apresentamos os debates presentes na literatura marxista acerca da formação da consciência militante, seja ela consciência de classe, gênero ou raça. Na segunda seção, analisamos, a partir

⁵ Utilizamos a categoria gênero cientes das críticas e diferenças em torno de sua utilização. No entanto, manteremos a nomenclatura para expressar a unidade entre as determinações de sexo, classe e raça/etnia.

⁶ Ver, por exemplo, as proposições de Helena Hirata, Danièle Kergoat, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu, Heleieth Saffioti e Elisabeth Souza-Lobo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

das falas das mulheres entrevistadas, os elementos concretos de suas experiências pessoais que as levaram a desenvolver uma consciência feminista. Por fim, tecemos algumas considerações finais com vistas a contribuir para os debates sobre as relações de gênero, raça e classe no Serviço Social brasileiro.

1. Ideologia, alienação, formas de consciência e formação da consciência de classe

Não basta pertencer a uma classe social para se ter consciência dela. De maneira análoga, pode-se dizer que não basta ser mulher para se ter consciência dos mecanismos que fundamentam sua opressão. Para Marx e Engels (2009, p.67) “as ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes”. Essa citação se refere especificamente às ideias da classe dominante, mas podemos estabelecer um paralelo com a ideologia patriarcal que é a verdadeira “ideologia de gênero”, segundo Saffioti (2004).

Para a socióloga brasileira, “em toda ideologia, seja machista, seja étnico-racial, ou ainda de classe social, está sempre presente a inversão do fenômeno. Isto não é apenas um detalhe, mas o núcleo duro da ideologia” (Saffioti, 2004, p.36). Isso significa que a ideologia constitui um elemento de alienação, coisificação e reificação nas relações humanas e serve para manter estruturas de poder. Porém, a ideologia não é a única tecnologia de gênero que contribui para a manutenção do patriarcado. Faz-se necessário, também, o uso sistemático e constante da violência, que consiste em sua dimensão material e coercitiva.

Ainda segundo Marx (2008, p.47), “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Essa afirmação é de vital importância para desmistificar a pressuposição de que ideologia seria apenas um conjunto de ideias.

A consciência é herdada historicamente, sempre fruto de construção social e ininterrupta, não estanque. Não é algo meramente individual ou exclusivamente subjetivo. Assim, “a consciência resulta das múltiplas relações estabelecidas pelos sujeitos na sociedade, ainda que ela se processe individualmente” (Cisne, 2014, p.38).

A partir do momento em que a sociedade humana chegou à constituição de classes sociais, os processos de formação de consciência se transformaram em ideologia, ou seja, em formas de justificação e manutenção das relações sociais vigentes, em defesa dos interesses das classes dominantes.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para que a ideologia possa cumprir com sucesso seu papel de manutenção de processos de dominação e exploração, é necessário que exista uma base que lhe dê sustentação: a alienação. Segundo Mészáros (2006) a alienação se expressa em três formas organicamente articuladas: alienação do ser humano em relação à natureza, em relação a si próprio e em relação à sua espécie.

O trabalho é categoria fundante do ser social, porém na sociedade de classes, com a separação entre trabalho material e espiritual, ele se torna alienado. A alienação é, para Iasi (2002), a primeira forma de consciência desenvolvida pelo indivíduo, que pode ser superada através de uma crise ideológica, quando o desenvolvimento das forças produtivas coloca em evidência a “dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança” (Iasi, 2007, p.27).

Nesse estágio de desenvolvimento da consciência, o indivíduo passa a perceber a injustiça nas relações e expressa a crise ideológica através de revolta. Assim, existe uma disposição dos indivíduos em não se submeterem às relações injustas que foram percebidas. Apesar disso, a compreensão dos mecanismos que produzem essas relações ainda não foi atingida e as injustiças são tomadas como naturais e inevitáveis.

A crise ideológica é, portanto, momento fundamental já que é ela que permite que o indivíduo passe para a segunda forma do processo de formação da consciência⁷, denominada “consciência em si”. Para alcançar esse estágio, o indivíduo precisa da dimensão coletiva a partir de sua inserção em um grupo no qual possa reconhecer, em outras pessoas, as mesmas injustiças que sofre e das quais havia tomado consciência apenas individualmente no estágio anterior (Cisne 2014; Iasi, 2007).

Apesar desse salto qualitativo, a segunda forma de consciência ainda apresenta limitações, pois se baseia nas relações imediatas e possibilita ao sujeito negar apenas alguns aspectos da ideologia dominante, não representando uma total superação do estágio anterior. As reivindicações, nesse âmbito, ainda se enquadram nos marcos do capital, tendo como exemplo o movimento sindical e a luta política travada a partir de greves. Não necessariamente esse sujeito coletivo irá compreender as determinações estruturais que engendram a desigualdade social e levar sua luta no sentido da eliminação da sociedade de classes.

⁷ Há que se alertar para o fato de que esse processo de desenvolvimento da consciência é um movimento complexo e qualquer esquematização que o divida em etapas tem meramente o objetivo didático, pois na realidade concreta esse processo não ocorre de maneira contínua nem linear, tampouco há garantias que uma crise ideológica leve, de maneira automática, a outras formas de consciência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O potencial dessa segunda forma de consciência está em permitir outro momento de crise ideológica que permita aos indivíduos passarem para a fase seguinte: a “consciência para si”. Essa transição consiste em uma dupla negação: primeiramente, a negação do capitalismo e a constituição do proletariado como uma classe e num segundo momento, a negação de si mesmo enquanto classe em direção à superação do próprio capital (Iasi, 2007).

No que diz respeito à formação da consciência feminista, a constituição do feminismo como movimento social⁸ se consolida na modernidade, em especial no Ocidente, a partir de condições históricas, políticas, econômicas e culturais específicas, que permitem o engajamento coletivo das mulheres na luta contra sua condição particular de dominação-exploração.

Segundo Lerner⁹ (1993), a centralização do poder dos homens em definir o que consiste ou não em uma questão pública e política, um problema social, retardou a tomada de consciência das mulheres como sujeito coletivo. Para essa autora, um dos elementos históricos mais determinantes para os prejuízos na formação da consciência individual e coletiva das mulheres antes da emergência do feminismo foi sua desvantagem educacional:

As mulheres foram forçadas por centenas de anos não apenas a argumentar a favor de seu direito à educação igualitária, mas a provarem sua capacidade de serem educadas em primeiro lugar. Isso exauriu as energias das mulheres mais talentosas e atrasou seu desenvolvimento intelectual. Além disso, até o final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, para serem educadas as mulheres deviam renunciar sua vida sexual e reprodutiva - elas tinham que escolher entre a vida de esposas e mães de um lado e a educação de outro. Nenhum grupo de homens na história jamais teve que fazer tal escolha ou pagar um preço tão alto pelo crescimento intelectual (Lerner, 1993, p.11, tradução nossa).

O acesso à educação foi, para as mulheres, muito mais fortemente do que para os homens, um privilégio de classe e isso se deu, em grande medida, pela divisão sexual do trabalho. Ademais, Lerner destaca os efeitos nocivos do apagamento da História das Mulheres, não porque não tenha havido mulheres de destaque ao longo da história, mas porque os registros oficiais são uma decisão política tomada majoritariamente por homens que desfavorecem o

⁸ Compreendemos os movimentos sociais no bojo das sociedades de classes e, portanto, possíveis historicamente apenas a partir da modernidade capitalista.

⁹ É importante destacar que Lerner deixa explícito que seu trabalho centra-se na formação do patriarcado ocidental cristão e nas formas encontradas pelas mulheres para combatê-lo, desenvolvendo a consciência e organização feminista numa determinada particularidade histórica. Isso não significa que essa forma situada de patriarcado tenha existido ao mesmo tempo em todas as sociedades humanas, muito embora tenha sido exportada para as sociedades colonizadas por meio da imposição violenta. O que importa é que as críticas feministas já avançaram significativamente na direção do reconhecimento sobre a inadequação de se assumir uma pretensa universalidade do patriarcado e que cada sociedade precisa ser estudada em suas particularidades históricas, econômicas e culturais. Da mesma forma, diversas críticas já foram elaboradas ao feminismo como única estratégia política de luta das mulheres, exatamente pela particularidade das mulheres que iniciam esse movimento no Ocidente. Trata-se, então, de feminismos plurais e de diferentes perspectivas de lutas das mulheres.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conhecimento das mulheres de sua própria história.

A consciência feminista é definida por Lerner (1993, p.14, tradução nossa) como

A ciência por parte das mulheres de que elas pertencem a um grupo subordinado; que elas sofreram injustiças como grupo; que sua condição de subordinação não é natural, mas determinada socialmente; que elas devem se juntar a outras mulheres para corrigir essas injustiças; e, finalmente, que elas devem e podem oferecer uma visão alternativa de organização social na qual mulheres assim como homens desfrutarão autonomia e autodeterminação.

Neste trabalho, assume-se um marco teórico marxista no debate sobre consciência feminista, a partir da suposição de que o processo de desenvolvimento dessa consciência pelas mulheres carrega semelhanças com o processo de desenvolvimento da tomada de consciência pelas classes trabalhadoras ao longo da história.

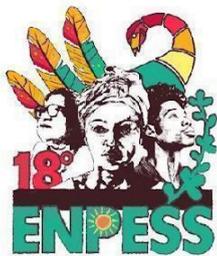
Um dos objetivos dessa ação do Projeto Faladeiras é contribuir para o registro e memória da participação das mulheres nos movimentos sociais brasileiros. Lerner (1993, p.17, tradução nossa) questiona: “por que não houve nenhuma criadora de sistemas teóricos feminina, nenhuma Kant, nenhuma Marx, nenhuma Freud? Eu acredito que tais mulheres existiram e nós não as respeitamos suficientemente nas narrativas do passado”.

Assim, como tentativa de visibilização da luta feminista cotidiana travada por mulheres que fazem sua própria história, na seção seguinte, apresentam-se as entrevistas realizadas com mulheres inseridas em diferentes movimentos sociais de Florianópolis, a fim de identificar os elementos concretos de suas vivências e experiências que as levaram a se identificar como feministas.

2. O despertar da consciência feminista: da opressão individual à constituição de um sujeito coletivo

As mulheres sempre foram uma categoria social presente na linha de frente de diversos movimentos de transformação social ao longo da História e nos movimentos sociais de Florianópolis é possível perceber a presença de uma diversidade de mulheres em posições de liderança. Com o objetivo de registrar a memória e o legado de luta dessas mulheres, introduzimos as entrevistadas neste trabalho, cujas falas subsidiarão nosso debate sobre a consciência militante feminista.

Carolina Rodrigues Costa é presidenta do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do Estado de Santa Catarina (SINJUSC)¹⁰, gestão 2022-2025. Iris Gonçalves Martins é advogada e militante da Frente Feminista 8M SC e da Frente Catarinense de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto. Ingrid Sateré Mawé é militante da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)¹¹, movimento que surgiu da articulação das mulheres no Acampamento Terra Livre e que realizou a I Marcha das Mulheres Indígenas em agosto de 2019.

Neste apartado, tendo em vista a dimensão da experiência como apontada por Thompson (1981) no início do texto, iniciamos destacando algumas falas das entrevistadas que, quando falam de si, buscam necessariamente em suas experiências, em suas vidas e relações sociais os processos que foram constituindo suas militâncias. Uma delas se coloca nas diferentes experiências de trabalho:

Eu sempre fui bem sonhadora, mas eu tinha uma ideia da classe média encostada. [...] em 2015, eu comecei a atender gente que passava fome. E a experiência da fome, para mim, ela é fatal. Ela e ninguém pode passar por uma experiência da fome e achar que é normal. [...] E foi aí que eu comecei a ser militante. Então, é assim, eu acho que a Carol, em ser militante, era a Carol com uma soberba muito grande, que achava que podia falar do mundo olhando. E, sendo militante, e também assistente social, eu tive a oportunidade de aprender sobre a contradição” (informação verbal, Carolina Rodrigues Costa, 2022).

Eu vim para Florianópolis faz 20 anos.[...]. E fui trabalhar num escritório que eu gostava muito de Direito Penal. Na verdade, eu achava que eu ia ser uma penalista. Mas eu fui trabalhar no escritório e a maioria dos casos dele era Direito de Família. E, aí, conversando com essas mulheres, o público forte, assim, do Direito de Família são mulheres, né? Muita mulher que procura um advogado para fazer um divórcio por uma situação de violência ou para pedir uma pensão alimentícia, né? [...] E, conversando com essas mulheres, eu percebi a questão da violência. Como essas situações em que elas estavam, estava atravessada por questões de violência. [Depois] eu entrei na Defensoria Dativa¹². Que no Estado, antes de ter a Defensoria Pública, tinha um sistema chamado Defensoria Dativa. E me inscrevi como advogada de família. E, aí, veio as brutalidades, né? [...] Na camada mais pobre da população, é que as coisas parecem que ganham um peso maior. E, aí, um atendimento que foi, assim, a ponta de lança. Para, daí, eu ir procurar respostas, né? Eu cheguei no fórum e a mulher estava com um curativo na orelha, assim (informação verbal, Iris Gonçalves Martins, 2022)

Os dois excertos acima referem-se a momentos importantes de processos de consciência que, conforme apontados por Iasi (2007), podem se referir a passagens da crise ideológica que leva a percepção das injustiças/hierarquizações para além das possíveis naturalizações e

¹⁰ Para mais informações, consultar o site <https://www.sinjusc.org.br/o-sindicato/>.

¹¹ Para mais informações, consultar o site <https://anmiga.org/>.

¹² O(a) advogado(a) dativo(a) é nomeado(a) pelo Poder Judiciário para atuar na defesa de pessoas hipossuficientes quando não há um membro da Defensoria Pública atuando na comarca e essa pessoa não pode pagar pelos serviços de um(a) advogado(a).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

individualizações. Podemos perceber nas falas que o momento da atividade laboral foi determinante na vida dessas militantes, que indicam este como um marco no entendimento e na militância.

Uma delas explicita “ir procurar respostas”, ou seja, procurar entender os processos que produzem as desigualdades e violências entre os seres humanos aqui, particularmente, a violência contra mulheres. Tendo em vista que aqui estamos tratando de três entrevistas, podemos entender que elas expressam dimensões diferentes de um mesmo processo que se coloca na necessidade da existência do movimento feminista, haja vista que, a partir de diferentes dimensões podem ser identificados “fios” comuns que unem todos eles ao necessário horizonte de emancipação humana a cuja direção, defendemos, o feminismo tem muito a contribuir.

Um dos aspectos a se destacar é a importância das mulheres para o conjunto da luta social e processos de transformação. Processos coletivos que, por muito tempo, foram expressos em termos “masculinos”, com heróis e pensadores masculinos. Como apontado por Lerner (1993), não é incomum encontrarmos, em dados históricos, mulheres que participaram e mesmo estiveram à frente de lutas e que, por muito tempo, não foram nomeadas. Uma das entrevistadas destaca:

[...] a necessidade de realmente resgatar, primeiro, a história de todas essas mulheres lutadoras em todos os espaços, combater cada vez mais o apagamento que é feito através do machismo e isso, fazer com que, incentivar para que as meninas e as mulheres também se despertem para essa luta e sempre reforçando que os grandes momentos históricos que nós vivenciamos na história da humanidade foram as mulheres que estiveram à frente, que tomaram a frente quando os homens estavam desanimados, as mulheres fizeram a revolução e falaram, vocês precisam vir junto com a gente. Então, é mais ou menos isso que nós fazemos na articulação nacional das mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade. Nós entendemos o nosso papel enquanto mulheres guerreiras, mas entendemos também que essa luta não se vence sozinha (informação verbal, Ingrid Sateré Mawé, 2022)

É importante destacar que um dos eixos das entrevistas foi o entendimento do lugar do feminismo na militância das entrevistadas, como essa pauta foi se colocando como necessária em suas atividades, em suas vidas e em suas militâncias e como o debate e militância feminista está necessariamente amarrado à classe e à raça/etnia. Nesse sentido, indicamos alguns elementos:

- 1) O cotidiano da militância, da lutas expressa contradições e coloca desafios que evidenciam a necessidade dessa apropriação feminista, como indicam as falas a seguir:

[...] saber que a luta a gente faz no cotidiano, às vezes ela dá certo, às vezes ela dá errado. O que vale mais é o processo, é a caminhada, é aquilo que a gente deixa. Entregar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

madeirinha para o outro continuar o caminho, né? Então, eu acho que hoje eu sou uma pessoa com mais capacidade de análise, com mais capacidade de ação, principalmente. E entender que não é fácil, sabe? Tipo, a vida não é fácil, então a gente tem que fazer a parte. [...] E é só porque você passou tudo o que você passou que eu posso estar aqui hoje. Então... E, tipo, eu preciso que você volte pra fazer justiça ao que você passou. E pra que a gente fique tranquila. [...] E foi muito bonito, assim, sabe? Porque, tipo... É porque essa menina passou tudo o que ela passou que eu consegui chegar aqui e estar aqui hoje, assim, sabe? E estar concorrendo à presidência e ser respeitada. O que não é fácil, porque eu descobri o que é machismo. [...] Eu não tinha essa compreensão. Eu entendia que falar sobre política, sobre Gramsci, sobre movimento social era mais importante, mais bonito. E junto com minhas companheiras aqui do sindicato e do coletivo Valentes, eu me tornei uma feminista. [...] Então eu sou uma feminista orgulhosa, mas muito recente, né? E muito na prática. Eu não tenho muita leitura feminista, assim. Eu estou há três anos aqui, tipo, tendo que vender o almoço para comprar janto, porque a gente trabalhou muito tempo em pouca gente, com uma pauta imensa. [...] Mas que aprendi a ser feminista no cotidiano (informação verbal, Carolina Rodrigues Costa, 2022).

E acho que a gente vive um momento que, pelo menos aqui em Florianópolis, a gente começa a ter o movimento dos sindicatos entendendo que essa pauta precisa ser primordial, não só a pauta econômica, mas a pauta que combate a violência contra as mulheres, e também, claro, o resgate da história das mulheres e a importância das mulheres. Porque o que a gente vê, infelizmente, hoje por aí, é que muitas vezes, por exemplo, vou dar um exemplo do sindicato dos professores, em grande maioria a categoria é de mulheres, mas quem a gente vê à frente do sindicato são homens. (informação verbal, Ingrid Sateré Mawé, 2022)

2) A violência contra mulher, quando se fala, seja de militância, seja de vivências pessoais/familiares, seja na atividade laboral, aparece como um elemento de destaque:

Como eu trabalho com mulheres em situação de violência no escritório, [...] , essa é a pauta que eu levo para os movimentos sociais, as questões das violências que cruzam a vida das mulheres. [...] essa é a minha pauta, minha pauta é violência, que se apresentam de várias formas, não existe, como a gente sabe, só um tipo de violência. Então, é a violência o meu tema principal, inclusive sempre, em todos os espaços que eu vou. Esse dia eu estava participando de uma reunião que está organizando um seminário sobre mulheres e política, e aí fui olhar o cronograma, não tinha sobre violência das mulheres na política. Eu fui lá, pontuei, precisamos falar de violência das mulheres nos espaços da política. Então, sempre é o tema que me move, que é a questão da violência. E a gente leva isso tanto para frente quanto para o 8M, como um tema pano de fundo (informação verbal, Iris Gonçalves Martins, 2022)

[...] nesse processo, eu pude entender que toda mulher tem que fazer parte dessa luta. E, claro, como falta muita informação, eu tento usar as minhas redes sociais, a quantidade de pessoas que eu aglutinei nessas redes sociais, para realmente alertar a necessidade que a gente tem de combater todos os tipos de violência contra a mulher. Participo, efetivamente, do combate à violência contra a mulher no espaço das escolas, porque é ali onde a gente encontra toda essa diversidade, infelizmente, todas essas violências que as crianças trazem e que muitas delas estão passando também (informação verbal, Ingrid Sateré Mawé, 2022)

3) A raça/etnia como um elemento estrutural em nossa organização social e que atravessa a constituição dos sujeitos, mesmo quando “não falada”:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] eu venho do movimento estudantil, mas de um processo muito doloroso, porque eu sempre me enxerguei enquanto indígena, mas eu nunca pude assumir, mesmo morando em Manaus, onde a gente tem a maior concentração de povos indígenas no Amazonas, a gente tem um forte preconceito, o racismo, então você se reconhecer perante a sociedade não é fácil, porque você é excluído, você é colocado como não capaz, enquanto mulher indígena, a gente sabe que a gente, muitas vezes, é enxergada como um pedaço de carne, apenas como um objeto [...] (informação verbal, Ingrid Sateré Mawé, 2022)

A classe trabalhadora é de mulheres, é de negros e é a gente que tem que apontar a luta (informação verbal, Carolina Rodrigues Costa, 2022)

Os seres humanos, conforme aponta Thompson (1981), são sujeitos que experimentam a vida a partir de relações sociais de produção determinadas. Relações essas atravessadas pela estruturação social de classes que tem como elementos fundantes o gênero e a raça. Viver no mundo implica agir no mundo. E, as vidas individuais são imersas nas formas como a sociedade se organiza e se reproduz. Buscamos destacar, com as falas acima, alguns elementos que expressam esse movimento individual e coletivo que constituem as lutas e os movimentos sociais e, portanto, que constituem possibilidade concretas de transformação social. É a vida mesma que produz e expressa as contradições e belezas. Ser pessoa implica estar imersa nesse momento e, portanto, ser sujeito em seu processo de (re)produção. É a vida que explicita os processos de hierarquizações e violências que, para o movimento feminista, fica tão evidente e ganha lugar para questionamentos e superações.

Considerações Finais

A título de alguns apontamentos conclusivos é importante destacar que o movimento feminista e a elaboração intelectual em busca de uma epistemologia feminista e, ainda, na particularidade do campo marxista, tem se debruçado sobre as diferenças de perspectivas e como essas repercutem na organização das mulheres e na participação das mobilizações que enfrentem o capitalismo e a totalidade dos mecanismos de exploração e opressão.

Nessa direção, o debate sobre como se efetivam as determinações de classe, raça/etnia, sexo/gênero para explicar as relações sociais, tem ganhado centralidade, nem sempre a partir dos mesmos fundamentos sócio-históricos, políticos e econômicos. Certamente essas diferenças se explicitam por conflitos estratégicos e táticos nos processos de luta.

Assim, o caminho metodológico de trazer a experiência nos termos de Thompson (1981),



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nos parece decisivo para apreender essas determinações como indissociáveis. As trajetórias das três feministas indicam a dialética em toda sua potência contraditória. Os percursos de vida vinculados aos movimentos indígena, sindical e pela legalização do aborto mostram diferenças importantes de classe e raça/etnia que correspondem ao lugar político, social e econômico que cada uma delas ocupa na sociedade. Portanto, há que se reconhecer o processo desigual de acesso a informações, poder e inserção em processos de luta.

Porém, é justamente essa diferenciação que afirma que a caracterização da sociedade e, portanto, a vida concreta das pessoas se organiza mediada por tais determinações estruturais. Há unidade nesse movimento e, para as mulheres, alguns elementos são importantes de serem destacados. Um deles diz respeito às múltiplas formas através das quais se aproximam da pauta feminista.

A identificação das opressões, preconceitos e discriminações das quais as mulheres são alvo tanto no âmbito público quanto privado e que decorrem das manifestações da divisão sexual do trabalho, violências, restrição de acesso a direitos, poder e informação não ocorre por um processo espontâneo ou isolado. Esse salto de consciência necessariamente se vincula à participação coletiva em variados espaços de inserção.

Portanto, a dimensão pública é essencial para a organização das mulheres, como também o engajamento em movimentos sociais, sejam eles coletivos feministas ou organizações de caráter mais geral. Por meio da militância coletiva, a apreensão por parte das mulheres dos processos que conformam sua condição de opressão é acelerada e essa participação na coletividade potencializa o entendimento de que a militância precisa se dar na direção do combate ao sistema patriarcal-racista-capitalista, para além de se compreender os processos de dominação e exploração que historicamente levaram esses sujeitos a serem inseridos nas relações sociais de maneira desigual.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

FUCHS, Jéssica Janine Bernhardt; AMARAL; Cynthia Luiza Ribeiro do; MOREIRA, Maria Regina de Ávila; OLIVIO, Maria Cecília, AMATO, Bruna; SOUZA, Rita de Cássia Almeida; COSTA, Gabriela Cleusa; GOES, Jaina da Conceição; ZANGHELINI, Débora. Isolamento social e violência contra a mulher: contribuições ao debate. In: TAPAJÓS, Luziele; KRÜGER, Tania Regina; JESUS, Edivane de; NEGRI, Fabiana Luiza Negri. **Pandemia, Políticas Públicas e Sociedade**. Florianópolis: Emais, 2021. p. 175-193. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

https://suassccovid19.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/03/pandemiapoliticaspUBLICASesociidade_ebook_completo.pdf. Acesso em 21 ago 2024.

IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LERNER, Gerda. **The creation of feminist consciousness**. Nova Iorque: Oxford, 1993.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação**. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVIO, Maria Cecília. **Feminismo e Capitalismo: aportes teóricos a partir do Feminismo Materialista Francês**. Tese de Doutorado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

SILVA, Telma Gurgel da. MARXISMO, FEMINISMO E LUTA DE CLASSE. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [S.l.], v. 12, n. 22, p. 337-349, dez. 2018. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/7357>. Acesso em: 28 set. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p. (Coleção Brasil Urgente).

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.